

Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas

Isabella Macedo
Francirosy Campos Barbosa

A

islamofobia, como bem apontou Souza (2017), ainda é um fenômeno pouco estudado no Brasil, entretanto tem sido um tema ao qual pesquisadores(as) do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e

As autoras agradecem ao apoio do CNPq pela bolsa produtividade e bolsa PUB/USP para realização das respectivas pesquisas.

ISABELLA MACEDO é graduanda em Psicologia pela FFCLRP/USP, membro do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (Gracias) e bolsista PUB/USP.

FRANCIROSY CAMPOS BARBOSA é antropóloga, professora do Departamento de Psicologia da FFCLRP/USP e coordenadora do Gracias.

Árabes (Gracias) vêm se dedicando com a coordenação da segunda autora. Este artigo soma-se ao esforço de trazer uma perspectiva sobre a temática focada na islamofobia de gênero, pois mulheres muçulmanas vêm se queixando de agressões físicas, psicológicas e de outras naturezas por parte de pessoas desconhecidas ou das suas famílias quando não aceitam a sua reversão¹.

Souza (2017) aponta que no nosso país a islamofobia se apresenta nos discursos de diversos perfis em redes sociais e isto prova o quanto é importante o investimento sistemático de nossos pesquisadores na observação do espaço virtual e social. Redes sociais, revistas e jornais apresentam de forma descontextualizada e violenta o Islã, promovendo o estigma dos sujeitos muçulmanos.

Goffman (1975, p. 12) considera o estigma como “expectativas normativas, em exigências apresentadas de modo rigoroso”, colocando o outro como um estranho que está à nossa frente e tem atributos que o tornam diferente de nós, sendo menos desejável enquanto espécie/pessoa, o que o torna pessoa “estragada e diminuída”, nas palavras de Goffman (1975). Isso é muito evidenciado quando se trata de uma mulher muçulmana que usa lenço (*hijab*, *niqab*, *burqa*).

Segundo a percepção de algumas pessoas que não pertencem à comunidade islâmica, as mulheres muçulmanas precisam ser “salvas”, pois são violentadas, oprimidas, do mesmo modo que, quando se pronunciam

assumindo seus posicionamentos progressistas, algumas vezes se autoproclamando feministas, não são ouvidas como outras mulheres com os mesmos posicionamentos porque usam véu (*hijab*), e usá-lo, para muitas pessoas, significa opressão. O sentimento de não lugar acaba se evidenciando quando há um estranhamento por todos os lados e isso produz estigma, que pode ser levado à internalização e, sobretudo, ao sofrimento (Corrigan & Wassel, 2008, apud Felicissimo et al., 2013).

Desde o episódio ocorrido em 11 de setembro, muçulmanos(as) não passam despercebidos(as) e ganharam destaque nas grandes mídias ocidentais, que propagam estereótipos sobre essas pessoas (Barbosa-Ferreira, 2015). A publicização de atentados que envolvem pessoas muçulmanas tem ampliado uma agenda orientalista que imprime uma construção achatada, desbotada do que seja a mulher muçulmana (Barbosa & Lima, 2020).

Segundo Samari, Alcalá e Sharif (2018), a discriminação contra muçulmanos ou pessoas percebidas como muçulmanas é um fenômeno crescente em países de maioria branca e cristã. Green (2015) discute essa discriminação contra muçulmanos no Ocidente, chamada de islamofobia, apresentando diversos fatores que contribuem para seu aumento.

O primeiro desses fatores é uma visão generalizada do Islã, de forma a reduzir essa religião a características específicas, menosprezando a diversidade e os desacordos presentes dentro das sociedades e comunidades muçulmanas ao redor do mundo. O autor defende que, com a cobertura da mídia ocidental focada na violência praticada por alguns grupos minoritários e

1 Reversão é uma categoria nativa, que significa conversão, mas a ideia aqui é que todo ser humano nasce muçulmano e ao se converter retorna ao Islã (se reverte).

as restrições impostas às mulheres muçulmanas em países como Arábia Saudita, há uma generalização dessas situações específicas para todos os muçulmanos, fenômeno que não acontece em relação à violência e opressão praticadas por pessoas brancas e de religião cristã.

O segundo fator se relaciona à ideia de que o Islã não compartilha de valores fundamentais supostamente encontrados nas religiões cristã e judaica, base das sociedades ocidentais, como, por exemplo, a defesa da pluralidade religiosa. Trata-se de um equívoco pensar o Islã como não respeitando as diferenças, uma vez que no seu livro sagrado está explícito: “Não há compulsão na religião” (*Alcorão*, 2:256); assim, um muçulmano não deve jamais impor a sua religião a outra pessoa.

O terceiro fator relaciona-se com a crença de que a religião islâmica seria inferior em relação à civilização ocidental, apresentando essa religião como bárbara, retrógrada e irracional, podendo ser associada também com o machismo (Green, 2015). Essa construção de uma religião bárbara foi destrinchada por Edward Said em *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*: a ideia de uma religião violenta, de homens barbudos e ferozes. Para Said (2008), o imperialismo praticado por potências do Ocidente nos países árabes ao longo da história implicou a construção de uma narrativa negativa sobre os países colonizados, que tem mais a ver com os imperialistas do que com os países muçulmanos. A construção que o Ocidente tem sobre o Islã é completamente orientalista, ou seja, é uma construção de dominação, com a narrativa de um Ocidente superior e um Oriente inferior (Said, 2008).

Outros fatores apresentados por Green (2015) se relacionam à visão do Islã como inimigo a ser combatido, por se crer que a religião é intrinsecamente ligada à violência e ao terrorismo, assim como manipuladora, e que os muçulmanos desejam implementar as leis de sua religião para todos. Dessa forma, por meio dessas crenças, a discriminação anti-Islã é naturalizada e posta como necessária, e as vozes muçulmanas são silenciadas. Por outro lado, discursos islamofóbicos proferidos por grandes líderes não têm maiores consequências. Em uma entrevista à MSNBC em 2015, por exemplo, o ex-presidente Donald Trump disse que considerava fortemente fechar as mesquitas nos Estados Unidos, por acreditar que nesses espaços haveria discursos de ódio, relacionando a religião ao terrorismo e impulsionando o ódio e medo em relação aos muçulmanos.

No Brasil, temos casos como o da senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS) que, em uma sessão no Senado, ao discursar sobre uma entrevista realizada à rede Al Jazeera por uma oponente política, associou esta rede ao Estado Islâmico. A rede Al Jazeera é a maior emissora de televisão do Catar e a mais importante do mundo árabe, sem qualquer relação com grupos terroristas. O presidente Jair Bolsonaro também possui falas apontando a intolerância religiosa contra a população cristã em países muçulmanos e a opressão das mulheres, sem maiores contextualizações, e assim reproduzindo os estereótipos midiáticos.

Casos de islamofobia no Brasil ultrapassam declarações políticas e comentários em redes sociais. A rede Agência Brasil, em 2015, produziu uma matéria sobre situações de islamofobia ocorridas na cidade do

Rio de Janeiro, apresentando os seguintes casos: uma aeromoça muçulmana atacada com um soco em um ambulatório de exame médico, xingada e chamada de terrorista; ataque a uma estudante muçulmana em um trote universitário, em que queimaram o seu *hijab* e seu couro cabeludo; discriminação de um motorista de ônibus, que disse que não “transportava mulher-bomba”. Também foram relatados preconceitos em ambientes de trabalho por causa da vestimenta, recusa de contratação e frases como “volta para seu país”, como se a religião islâmica fosse exclusiva de determinados países.

As atitudes observadas nas sociedades são influenciadas pelo modo como os grandes meios midiáticos selecionam as notícias a serem veiculadas, assim como as palavras escolhidas, de acordo com os interesses das empresas que financiam esses meios (Rahman, 2016). O estudo de Pole (2002) mostra que a presença de cobertura midiática em torno de questões da religião islâmica e de pessoas muçulmanas nos jornais britânicos cresceu 270%, sendo que 91% dessas publicações apresentam teor negativo, contribuindo para a estigmatização do grupo em questão, fomentando discursos islamofóbicos que retratam muçulmanos ou a religião islâmica como ameaças. Os ataques terroristas do 11 de Setembro e o massacre do *Charlie Hebdo* são considerados os principais eventos para a ascensão da islamofobia no Ocidente, sendo usados como justificativa para a construção estereotípica e monitoramento de “comunidades suspeitas” (Spalek & Lambert, 2008, apud Zempi, 2014) e medo popular de muçulmanos “visíveis” (Zempi, 2014).

Montenegro (2002) fez um estudo sobre o modo como a mídia brasileira retrata o

Islã, antes mesmo do atentado ocorrido em 2001. Pelos achados da autora, o interesse dos meios midiáticos em retratar o Islã em suas matérias era apresentado como devido ao crescimento do número de convertidos no país, o que era visto com estranheza. A autora aponta, entretanto, que esse interesse não se comprova pelas estatísticas e se relaciona mais com o fato de o Islã ser a religião que mais cresce mundialmente. Assim, a religião islâmica sempre foi retratada no país como uma religião que não combina com o Brasil, um país que tem como um de seus símbolos o carnaval, uma festa com a presença de bebidas e sexo. A imagem da religião islâmica também aparecia atrelada ao fundamentalismo e ao terrorismo, de forma que o Islã e o terrorismo não se diferenciavam. Outro aspecto era sobre a imagem das mulheres no Islã, apresentadas pelas mídias brasileiras como submissas e supostamente tidas como inferiores pela religião. Interessante ressaltar como a autora demonstra que o Islã acaba sendo um rótulo para as pessoas muçulmanas, que não são vistas individualmente, mas como um grupo, o qual, sendo minoria no Brasil, acaba invisibilizado.

Pela influência dos discursos midiáticos, as mulheres muçulmanas passam a ser vistas como corporificação da opressão de gênero, principalmente se fazem uso do véu. Com a ascensão desses estereótipos, ataques islamofóbicos crescem e se manifestam por meio de ameaças, assédio físico e moral, violência, dano de propriedade e ataques em redes sociais (Zempi, 2014). Ainda segundo Zempi (2014), o *hijab* ou véu islâmico, que algumas mulheres muçulmanas utilizam, é o símbolo mais visível do Islã no Ocidente e passa a ser, na visão ocidental,

a concretização de uma suposta opressão que as mulheres muçulmanas sofrem, sendo visto como uma prática de submissão. Dessa forma, contribui-se para que a mulher muçulmana seja estigmatizada como passiva e oprimida, e a torna um alvo vulnerável para ataques e assédios. Tem-se, então, um paradoxo, no sentido de que a sociedade ocidental se mostra em defesa de um empoderamento feminino, no qual as mulheres possam fazer suas próprias escolhas, mas trata com hostilidade aquela mulher que escolhe usar o véu (Zempi, 2014).

“Se não podemos ser cristãos em Meca, Irã e outras regiões muçulmanas você não deveria praticar essa religião aqui!”; “Uma mulher brasileira jamais deveria defender uma religião que tira seus próprios direitos”; “Pedem o fim da violência contra as mulheres e defendem uma religião em que elas não são permitidas (sic) nem mostrar o cabelo, tá certo...”

São frases como essas, entre outras que envolvem chamá-las de “mulher-bomba”, que circulam nos comentários de postagens de mulheres muçulmanas brasileiras em redes sociais como TikTok, Facebook, Twitter e Instagram. Essas mulheres, em geral, utilizam as plataformas das redes sociais para compartilhar seus cotidianos, buscando promover uma conscientização acerca da religião islâmica, desmistificando discursos islamofóbicos presentes na sociedade brasileira, e rebatendo comentários ofensivos como os citados. Barbosa-Ferreira (2015) aponta a necessidade do diálogo entre muçulmanos e não muçulmanos, no sentido de que os primeiros precisam ensinar ao Ocidente sobre o Islã,

fora do contexto de discursos religiosos, procurando combater a ignorância que dá espaço à islamofobia.

Na atualidade há uma grande presença em redes sociais de mulheres muçulmanas que buscam essa conscientização. Em sua maioria, fazem uso de vestimentas religiosas, como o véu islâmico. Muitas delas, em suas postagens, buscam explicar que a utilização dessas vestimentas, assim como outras escolhas de vida, foram escolhas próprias, sem influência de terceiros. Essas mulheres respondem a dúvidas sobre a religião, sobre o casamento dentro da religião, entre outras curiosidades que as pessoas possuem, geralmente relacionadas aos estereótipos propagados nas mídias ocidentais². Muitas delas são mulheres revertidas ao Islã, sem ascendência de famílias muçulmanas ou árabes, e suas próprias histórias desmistificam o estereótipo de que o Islã é uma religião que pertence a algum lugar, pois mulheres muçulmanas são também mulheres brasileiras.

Por outro lado, para além das curiosidades e quebra de estereótipos, ocorrem ataques islamofóbicos massificados contra essas mulheres por diferentes setores da sociedade brasileira. As redes sociais se tornaram locais de expressão de racismo e discriminação constantes, em que um controle governamental de crimes cibernéticos é dificultoso e em que é possível a formação de grupos com pensamentos similares, como, por exemplo, de supremacistas brancos e anti-Islã (Prince, 2016).

2 Ver, por exemplo, o Instagram de @FabiolaOliveira e @vidanasarabias, que são páginas de duas brasileiras revertidas.

Ainda segundo Prince (2016), em grupos anti-Islã são disparadas informações sem evidências reais de que uma maioria cristã está sendo prejudicada por grupos muçulmanos. Um fator que colabora para a existência desses grupos e a disseminação de informações falsas é o anonimato possível nas redes sociais e a consequente falta de responsabilização do emissor das mensagens. Desses grupos, saem pessoas ainda mais inflamadas em seus discursos de ódio. Diante dessa intolerância crescente em relação às pessoas muçulmanas e os consequentes ataques feitos a elas em diversos âmbitos, é inevitável se questionar sobre os efeitos que a islamofobia pode ter na saúde mental de uma pessoa muçulmana.

Samari, Alcalá e Sharif (2018), em uma revisão de literatura que buscou a associação entre islamofobia e saúde mental, mostram que, em geral, a discriminação influencia negativamente a saúde mental, a saúde física e também o acesso a serviços de saúde de pessoas muçulmanas. Ainda segundo esses autores, mulheres muçulmanas que usam adereços associados à religião sofrem discriminação quando procuram serviços de saúde e a vestimenta influencia na maneira como serão tratadas por profissionais de saúde. Dados como esses mostram a vulnerabilidade em que mulheres muçulmanas se encontram em sociedades ocidentais, como o Brasil, apenas por usarem adereços que são relacionados à religião que praticam. Dentro e fora das redes sociais a islamofobia é vivida todos os dias por essas mulheres, seja pelos internautas que as encontram nas redes sociais, seja pela família que não aceita a reversão ao Islã, em ambientes públicos e de trabalho, ou em um serviço de saúde que utilizam.

Quanto mais coberta uma mulher muçulmana aparece em meio à sociedade ocidental em que muçulmanos não são a maioria, mais exposta a microagressões ela está (Eaton, 2015), sendo consideradas microagressões formas sutis de discriminação contra grupos minoritários e, muitas vezes, não intencionais ou inconscientes (Nadal et al., 2012, apud Eaton, 2015). Sentimentos como raiva, tristeza, frustração e inferioridade são relatados por mulheres muçulmanas que utilizam véu islâmico nos Estados Unidos e que, por isso, enfrentam agressões por islamofobia. Sentimentos de não pertencimento e não identificação também são citados (Eaton, 2015; Nadal et al., 2012, apud Eaton, 2015). Por outro lado, o uso do *hijab* também pode ter um fator protetivo e de resiliência, já que faz parte de uma identidade e de um grupo social de apoio (Eaton, 2015).

No entanto, durante a pesquisa que estamos realizando sobre islamofobia no Brasil, recebemos inúmeros *e-mails* de mulheres muçulmanas revertidas sem qualquer rede de apoio, à procura de inclusão. Nossa pesquisa quantitativa ainda em andamento sobre islamofobia no Brasil tem indicado que mulheres muçulmanas revertidas são as mais afetadas por esse fenômeno, sendo o índice de percepção de situações de constrangimento por causa da religião islâmica de 85%, em comparação com homens (faixa de 60%) e muçulmanas nascidas (faixa de 70%), até o momento.

A rejeição vem de dentro de casa, por uma família amedrontada e que desconhece a religião islâmica; e vem de fora, em um país onde a religião islâmica não parece bem-vinda, nem pelas autoridades, nem pelos habitantes, influenciados principalmente por grandes mídias. Diante dessa

problemática, tem-se o desafio do diálogo entre muçulmanos e não muçulmanos no Brasil, além do desafio do acolhimento de mulheres brasileiras revertidas. Esse acolhimento, enquanto não efetivado por meio de políticas públicas que incentivem o respeito à pluralidade religiosa, precisa então ser feito pelas comunidades islâmicas e pelos profissionais da saúde, caso haja a procura desses profissionais, e, ainda assim, muitos desses espaços apresentam embates. Como acolher uma mulher vulnerabilizada por causa de sua escolha de fé?

Em um artigo para a revista *Refinery*²⁹, Mariam Khan, uma mulher muçulmana britânica de origem paquistanesa, fala sobre os desafios encontrados por uma mulher muçulmana ao procurar a psicoterapia. Mariam relata que a psicoterapia, para ela, se tornou mais um trauma a ser enfrentado, pois sentia que uma parte de si não era vista nem aceita por sua terapeuta, e sua fé era apontada como a causa de seus problemas. No mesmo artigo, há relatos de outras mulheres muçulmanas residentes no Reino Unido sobre as dificuldades em suas relações terapêuticas: medo de ser julgada pelo terapeuta como oprimida e submissa; ter situações de islamofobia e violência desacreditadas e menosprezadas pelo terapeuta; medo de julgamento por parte da própria comunidade religiosa da qual faz parte, que pode considerar a busca por atendimento psicológico como falta de fé. Pode-se hipotetizar que, assim, a psicoterapia para mulheres muçulmanas brasileiras revertidas ao Islã perpassa pelas mesmas

dificuldades apresentadas, além de questionamentos acerca de suas escolhas.

Saúde mental e mulheres revertidas são tema de pesquisa de doutorado em andamento de Camila Motta Paiva sob a orientação da segunda autora. Paiva e Barbosa (2021)³ constataam que experiências de sofrimento levam algumas mulheres a buscar novas concepções de mundo no sistema simbólico islâmico e que, após a reversão, esse sofrimento vai sendo (re)significado por meio das regras e rituais religiosos, visto que o Islã é entendido como um código de conduta que rege todas as áreas da vida de seus seguidores. Entretanto, cabe compreender as concepções sobre saúde mental que circulam em comunidades islâmicas brasileiras.

Sendo assim, a islamofobia não é somente uma barreira entre a pessoa muçulmana e a sociedade, mas também entre a pessoa muçulmana e profissionais da saúde que são procurados para amenizar um sofrimento. Essa situação é corroborada pela tese de Sadiq (2019), em que a islamofobia aparece através do medo de mulheres muçulmanas britânicas em falar sobre questões que envolviam sua religião com o terapeuta, medo este somente amenizado quando os próprios terapeutas faziam perguntas sobre o Islã e tentavam reafirmar de maneira extensiva seu compromisso com a aceitação, o não julgamento e uma atitude positiva para com seus clientes, clássicos princípios rogerianos (Rogers, 1961).

O terapeuta deve reconhecer a bagagem étnico-cultural de seu paciente, assim como conhecimento prévio do Islã deveria ser um pré-requisito para o atendimento de pessoas muçulmanas (Saleem & Martin, 2018). Entender a religião islâmica é entender mais sobre como ela influencia percepções, atitu-

3 Relatório de qualificação de doutorado apresentado em 19/2/2021.

des, decisões e comportamentos de pessoas muçulmanas, já que o Islã não é apenas uma religião, mas também um estilo de viver (Ansari, 2002, apud Saleem & Martin, 2018). Além disso, tendo conhecimento sobre a religião islâmica, o terapeuta pode desmistificar a ideia reproduzida socialmente de que as mulheres muçulmanas são submissas, pois, pela religião, a mulher muçulmana tem direitos iguais aos homens, sendo as diferenças presentes em papéis sociais culturais de países muçulmanos não inerentes à religião (Turkes-Habibovic, 2011, apud Saleem & Martin, 2018).

Por fim, o objetivo de uma maior sensibilidade à religião islâmica no atendimento psicológico de mulheres muçulmanas não visa a reduzir essas mulheres às suas escolhas religiosas. O objetivo é considerar as necessidades dessas mulheres de forma holística e ética, de forma a reconhecer e validar suas escolhas e experiências, sem julgamentos em relação às suas decisões, como uma psicoterapia deve ser. É preciso reconhecer o valor da religião na vida dessas mulheres, a fim de proporcionar um acolhimento que diminua efetivamente o sofrimento causado pelos estigmas sociais, e não tentar enquadrar essas mulheres em estilos de vida ocidentais ou “brasileiros”. Dessa forma, reconhece-se também a diversidade do Brasil como um país que abarca dentro de si mulheres diversas, capazes de decidir por si mesmas a religião com a qual se identificam, as vestimentas que querem utilizar e que possam, enfim, compartilhar essas escolhas com a sociedade à sua volta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pontos apresentados no presente artigo suscitam que a islamofobia é um fenômeno crescente no mundo ocidental e também no Brasil. A intolerância anti-Islã está presente em território brasileiro tanto em espaços públicos como privados e principalmente em redes sociais. Há um desconhecimento sobre a religião islâmica por grande parte da população brasileira, que é fortemente influenciada por grandes mídias, que costumam tratar a religião muçulmana negativamente, contribuindo para o estabelecimento e perpetuação de estereótipos sobre os muçulmanos. Esses estereótipos afetam os muçulmanos em suas vidas cotidianas, fazendo com que vivam situações de constrangimento, principalmente mulheres que fazem uso do *hijab*. Na sociedade ocidental, elas são vistas como oprimidas e submissas, e, mesmo que tentem criar formas de dividir suas experiências, são frequentemente descredibilizadas. Esse descrédito não vem somente de desconhecidos, mas pode vir do núcleo familiar, em casos de reversão à religião, e também de profissionais da saúde, quando não acolhem de forma correta essas mulheres. Por fim, estudos sobre islamofobia no Brasil são urgentes, em prol da desconstrução de visões deturpadas sobre o Islã. Essa desconstrução caminha, pequena e constante, assim como o processo terapêutico necessário para amenizar e reverter os machucados que a islamofobia deixa em muçulmanos que a sofrem.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, F. C.; LIMA, L. B. "Empoderamentos múltiplos de mulheres muçulmanas em espaços públicos na França e no Brasil". *Rev. Antropol.*, v. 63, n. 1, 2020, pp. 59-82.
- BARBOSA-FERREIRA, F. C. "Charlie Hebdo e islamofobia". *Malala*, v. 3, n. 5. São Paulo, 2015, pp. 159-62.
- EATON, N. R. "Hijab, religiosity, and psychological wellbeing of muslim women in the United States". *Journal of Muslim Mental Health*, v. 9, n. 2, 2015, pp. 25-40.
- FELICISSIMO, F. B. et al. "Estigma internalizado e autoestima: uma revisão sistemática da literatura". *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 15, n. 1, 2013, pp. 116-29.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro, LTC, 1975.
- GREEN, T. H. *The fear of islam: an introduction to Islamophobia in the West*. Minneapolis, Fortress Press, 2015.
- KHAN, M. "For muslim women, finding a therapist is hard – but there is hope". *Refinery29 Magazine*, november 2019.
- LEVY, E. S.; CECCARELLI, P. R.; DIAS, H. M. M. "Violência e terror nas redes sociais: considerações sobre cultura, desamparo e narcisismo". *Estudos de Psicanálise*, n. 48. Belo Horizonte, 2017, pp. 43-52.
- MONTENEGRO, S. M. "Discursos e contradiscursos: o olhar da mídia sobre o Islã no Brasil". *Mana*, vol. 8, n. 1, 2002, pp. 63-91.
- PAIVA, C. M. *Corpo, mente e coração: uma etnografia sobre saúde mental de mulheres muçulmanas brasileiras*. Relatório de qualificação. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2021.
- POOLE, E. *Reporting Islam: media representations of british muslims*. London, I. B. Tauris, 2002.
- PRINCE, J. "The psychology of online islamophobia", in I. Awan. *Islamophobia in cyberspace*. London/New York, Routledge, 2016, pp. 103-22.
- RAHMAN, M. "The media impact of online islamophobia: an analysis of the woolwich murder", in I. Awan. *Islamophobia in cyberspace*. London/New York, Routledge, 2016, pp. 85-102.
- SADIQ, N. R. *Understanding muslim women clients of counselling: an interpretive phenomenological analysis*. Thesis Professional Doctorate in Counselling Psychology. Bristol, Faculty of Health and Social Sciences, University of the West of England, 2019.
- SAID, E. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 2008.
- SALEEM, F.; MARTIN, S. L. "Seeking help is difficult: considerations for providing mental health services to muslim women clients". *Canadian Journal of Counselling and Psychotherapy*, v. 52, n. 2, 2018, pp. 159-79.
- SAMARI, G.; ALCALÁ, H. E.; SHARIF, M. Z. "Islamophobia, health, and public health: a systematic literature review". *Am J Public Health*, v. 108, n. 6, 2018, pp. 1-9.
- SOUZA, F. F. "Islamofobia brasileira online: discursos fechados sobre o Islam em uma rede social". *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura*, v. 7, n. 13, 2017.
- ZEMPI, E. *Unveiling islamophobia: the victimisation of veiled muslim women*. Thesis submitted for the degree of Doctor of Philosophy. Leicester, University of Leicester, 2014.